



cedsif, IP

Centro de Desenvolvimento de
Sistemas de Informação de Finanças,
Instituto Público

**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DE
2020**

1º SEMESTRE

MAPUTO, JULHO DE 2020

DISTRIBUIÇÃO DO RELATÓRIO

| A Enviar a (os): | Data |
|---|-------------|
| Sua Excelência Ministro da Economia e Finanças | |
| Sua Excelência Vice - Ministra da Economia e Finanças | |
| Excelentíssimo Senhor Secretário Permanente do Ministério da Economia e Finanças | |
| Directores Nacionais do Ministério da Economia e Finanças | |
| Membros do Comité de Parceria do Fundo Comum do SISTAFE | |
| Membros do Conselho de Direcção Alargado do CEDSIF,IP | |
| Delegados Provinciais do CEDSIF,IP | |

SIGLAS E ACRÓNIMOS

| | |
|--------------|---|
| BM | Banco de Moçambique |
| CAF | Cadastro dos Funcionários e Agentes do Estado |
| CBS | Catálogo de Bens e Serviços |
| CEDSIF | Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças |
| CEF | Cadastro Único de Empreiteiros de Obras Públicas, Fornecedores de Bens e Prestadores de Serviços |
| CUPA | Cadastro Único do Produtor Agrário |
| CUT | Conta Única do Tesouro |
| e-CAF | Sistema Electrónico de Cadastro dos Funcionários e Agentes do Estado |
| e-Folha | Sistema Electrónico de Processamento de Salários |
| e-SISTAFE | Sistema Electrónico do Sistema de Administração Financeira do Estado |
| e-Tributação | Sistema Electrónico de Gestão de Arrecadação de Receitas |
| FAE | Funcionário e Agente do Estado |
| GFP | Gestão de Finanças Públicas |
| INAS | Instituto Nacional da Acção Social |
| IRN | Imposto de Reconstrução Nacional |
| IRPC | Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas |
| IRPS | Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares |
| ISO | Organização Internacional para Padronização (<i>International Organization for Standardization</i>) |
| ISPC | Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes |
| IVA | Imposto sobre Valor Acrescentado |
| JUE | Janela Única Electrónica |
| MAD | Módulo de Avaliação de Desempenho |
| MAEFP | Ministério da Administração Estatal e Função Pública |
| MEF | Ministério da Economia e Finanças |
| MISAU | Ministério da Saúde |
| MPE | Módulo de Administração do Património do Estado |
| MAP | Módulo de Administração de Pessoal |
| MN | Modelo de Negócio |
| MEO | Módulo de Elaboração Orçamental |
| MEQP | Módulo de Elaboração de Quadro de Pessoal |
| MEX | Módulo de Execução Orçamental |
| MPO | Módulo de Planificação e Orçamentação |

| | |
|---------|---|
| MPOR | Manual de Planificação e Orçamentação |
| MRS | Módulo de Recrutamento e Selecção de Pessoal |
| NUIT | Número Único de Identificação Tributária |
| OE | Orçamento do Estado |
| PAA | Plano Anual de Aquisições |
| PAO | Plano de Actividades e Orçamento |
| PEFP | Plano Estratégico das Finanças Pública |
| PRF | Preço de referência |
| SGA | Sistema de Gestão Autárquica |
| SGB | Sistema de Gestão de Beneficiários |
| SGQ | Sistema de Gestão de Qualidade |
| SINAGEC | Sistema Nacional de Gestão de Custos de Construções |
| SINEM | Sistema de Informação de Mercado e de Negociação de Mercadorias |
| SNGRHE | Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Estado |
| e-SNIP | Aplicação informática do Sistema Nacional de Investimento Público |
| SNGP | Sistema Nacional de Gestão de Pensões |
| SNV | Sistema Nacional de Vencimentos |
| SISTAFE | Sistema de Administração Financeira do Estado |
| UGB | Unidade Gestora Beneficiária |
| UGC | Unidade de Grandes Contribuintes |
| UGE | Unidade Gestora Executora |
| VD | Via Directa |
| VTA | Visto do Tribunal Administrativo |
| VPN | <i>Virtual Private Network</i> |

Índice

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 10 |
| 2. ACTIVIDADES EXECUTADAS | 11 |
| 2.1 CONSOLIDAÇÃO DA REFORMA DO SISTAFE | 11 |
| 2.2 DAR CONTINUIDADE À IMPLEMENTAÇÃO DO SISTAFE | 15 |
| 2.3. IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS COMPLEMENTARES AO SISTAFE | 21 |
| 2.4. FUNCIONAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO CEDSIF | 24 |
| 2.4.1 SERVIÇOS DE SUPORTE INSTITUCIONAL | 24 |
| 2.4.2 RECURSOS HUMANOS..... | 27 |
| 2.4.3 GESTÃO DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS | 29 |
| 3. BALANÇO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL | 31 |
| 4. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO | 35 |
| 5. PERSPECTIVAS PARA 3º TRIMESTRE DE 2020 | 38 |
| 6. ANEXOS | 41 |

SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente relatório reflecte os resultados da implementação do Plano de Actividades e Orçamento (PAO) do CEDSIF, IP - 2020. No 1º semestre o destaque vai para a realização das seguintes acções:

- Garantida a disponibilidade da plataforma informática de suporte ao Sistema de Administração Financeira do Estado, o e-SISTAFE, para um total de **1.516** órgãos e instituições do Estado (UGB's) ao nível Central, Provincial e Distrital, das **1.610** UGB's existentes com tabela de despesa no Orçamento do Estado de 2020, o que corresponde a **92,95%** de cobertura de execução orçamental pelas UGB's directamente através do e-SISTAFE. Importa destacar que o e-SISTAFE está operacional em **152** distritos, dos **154** existentes⁰. Face à disponibilidade do e-SISTAFE, durante o período em análise, foram processados com sucesso, um total de **4.201.673** de Ordens de Pagamento (OP), notando-se um crescimento de emissão de OP na ordem de **2,96%** face às **4.081.075** OP processadas em igual período de 2019. Relativamente ao nível de execução da despesa pela via directa (pagamentos efectuados directamente da Conta Única do Tesouro – CUT para a conta do beneficiário final fornecedores, prestadores de serviços, FAE, entre outros), esta situou-se em **63,87%** da despesa total do Estado, sendo que em período homólogo do ano passado a mesma havia-se situado em **67,95%**, o que representa um decréscimo na ordem de **4,8%**.
- Garantidas as condições tecnológicas e de suporte ao processamento e pagamento de salários e remunerações através da Via Directa (VD) a **328.700** Funcionários e Agentes do Estado (FAE), de um total de **344.377** na situação de activo no Sistema Electrónico de Cadastro de FAE (e-CAF) e com Prova de Vida realizada em Maio de 2020, o correspondente a **95,44%** dos FAE cadastrados. Do total dos FAE pagos pela VD, **322.053** tiveram os seus salários processados através do e-Folha, o que corresponde a **93,51%** do total dos FAE na situação de activo no e-CAF e com Prova de Vida¹; e os demais foram pagos por sistemas paralelos.
- Reforçadas as competências técnicas dos actores envolvidos na execução de processos do SISTAFE; e elevada a qualidade dos seus actos e o desempenho das instituições públicas, com recurso à formação e reciclagem de **1.102** utilizadores. Dentre os utilizadores referidos, **730** beneficiaram de capacitação no Módulo de Execução Orçamental (MEX), **145** em matérias de Incorporação de Bens Patrimoniais, **29** em Cadastro dos Funcionários e Agentes do Estado (CAF), **107** no tocante ao Sistema Electrónico de Processamento de Salários (e-

¹ Relatório gerado a 06 de Junho de 2020.

Folha), **69** em matéria de Administrador de Segurança (*Security Framework*) e **22** sobre o Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Estado (SNGRHE).

- Efectuadas melhorias no Módulo de Planificação e Orçamentação (MPO) como resultado do trabalho efectuados em alguns sectores, nomeadamente o Ministério da Saúde, CEDSIF, IP, e os Serviços Provinciais de Economia e Finanças de Niassa, Nampula e Sofala. Ainda no período em análise deu-se início a formação dos formadores, tendo sido já formados **52** formadores, devendo estes formarem outros formadores de nível provincial e distrital e utilizadores de nível central em matérias do Subsistema de Planificação e Orçamentação (SPO) e de operacionalização da plataforma de suporte que é MPO. Espera-se que no 3º Trimestre de 2020, a título de piloto, inicie a elaboração do PESOE 2021 no MPO, em cinco sectores, nomeadamente: Ministério da Saúde (MISAU), Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH), Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER), Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos (MOPHRH) e Ministério da Economia e Finanças (MEF), devendo os mesmos sectores elaborar o PESOE 2021 também no Módulo de Elaboração Orçamental (MEO), módulo actualmente em uso.
- Dada a continuidade à operacionalização do Módulo de Administração do Património do Estado (MPE), estando em utilização em **229** instituições das quais **218** a nível central e 11 a nível provincial. Ainda nesse período, foram (i) criadas as condições (escopo mínimo) no e-SISTAFE para permitir que o Tribunal Administrativo (TA) atribua eletronicamente o Visto no âmbito da interoperabilidade entre o e-SISTAFE (MPE) e o Sistema do TA; (ii) criadas as condições para a realização de adiantamento de fundos ao credor e dado o seguimento à revisão de requisitos, tendo em vista concluir os relatórios de gestão, no âmbito da operacionalização das funcionalidades para o Pagamento Antecipado; (iii) elaborado o plano do piloto e efectuadas melhorias no sistema no âmbito da operacionalização do Concurso por Lances; e (iv) cumprido o objectivo de emissão de uma Conta Geral do Estado que incorpore bens registados no e-Inventário e MPE.
- Concluído, com o envolvimento dos contribuintes do Posto de Cobrança da Josina Machel e o Banco BCI, o piloto de pagamento via Banco no e-Tributação e actualizados os dados dos contribuintes nos Postos de Cobrança do Jardim e de Marracuene, no âmbito do piloto da Entrega 2 do projecto e-Tributação, que compreende a operacionalização de funcionalidades para a gestão dos Impostos Sobre Rendimentos (IRPS e IRPC), Imposto sobre a Produção Mineira, Imposto sobre Produção de Petróleo, Imposto sobre Superfície e Taxa sobre Combustíveis.

- Elaborado e validado o desenho de Solução e Modelo de Negócio da Entrega 3 do e-Tributação, que compreende as funcionalidades de gestão de Outros Impostos (Imposto sobre Reconstrução Nacional, Imposto sobre Sucessões e Doações, Imposto sobre Veículos e demais impostos cobrados através do Modelo B Geral) e Processos Comuns (Gestão de processos de auditoria e fiscalização, gestão de perfil de risco do contribuinte, gestão de casos de falência, gestão de processos de transgressão e contencioso, gestão de juízo de execuções fiscais e gestão de alertas); e estão em processo de desenvolvimento as respectivas funcionalidades.
- Lançado oficialmente a Fase-1 de Piloto do Projecto Sistema de Gestão Autárquico (SGA), na componente e-SISTAFE Autárquico, cuja operacionalização decorre nos Municípios das Cidades de Maputo e Matola, e da Vila de Boane. Na ocasião, foram feitas as demonstrações sobre o funcionamento da plataforma electrónica na componente de gestão financeira (e-SISTAFE Autárquico); e decorrem os trabalhos de preparação da expansão do e-SISTAFE Autárquico para outras Instituições.
- Elaborado o documento da estratégia de desenvolvimento do Sistema de Gestão da Dívida Pública, que determina que primeiro proceder-se-á a migração do actual sistema designado por CS_DRMS para o MERIDIAN, ambos propriedade do Secretariado da Commonwealth e posteriormente a construção de raiz de um Módulo de Gestão da Dívida Pública integrado no e-SISTAFE.
- Prosseguiu-se com o processamento e pagamento de salários com base na informação gerada na plataforma informática de suporte ao Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Estado (SNGRHE), o e-SNGRHE, em **17** (dezassete) instituições, das quais **8** de nível central, **6** da Província de Maputo e **3** do Distrito de Boane. Decorrem, no âmbito de expansão da operacionalização do e-SNGRHE para outros sectores, os trabalhos preparatórios nos Ministérios da Defesa Nacional (MDN) e de Recursos Minerais e Energia (MIREME), bem como está em curso o processo de integração dos Municípios no e-SNGRHE, com destaque para os Municípios da Matola e Cidade de Maputo.
- Garantida a disponibilidade do Sistema de Gestão de Beneficiários de Programas de Acção Social, o e-INAS, a 31 Delegações do Instituto Nacional de Acção Social (INAS) para o processamento de pagamentos de subsídios monetários às pessoas em situação de pobreza assistidas por aquela instituição.

- Elaborado o Modelo de Negócio e implementada a Arquitectura Tecnológica para o desenvolvimento das funcionalidades do Sistema de Informação de Mercado e de Negociação de Mercadorias (SINEM), inseridas na Bolsa de Mercadorias de Moçambique, e iniciado o desenvolvimento das respectivas funcionalidades.
- Desenvolvido o sistema informático do Cadastro Único do Produtor Agrário (CUPA), que irá servir para o registo e caracterização dos produtores agrícolas, como instrumento de geração de informação subsidiária ao processo de elaboração e operacionalização de políticas do sector agrário.
- Prossegue o ajuste do Modelo Conceptual para alargar o escopo do Sistema de Informação de Suporte às Funções do Ministério Público (SISMP) às demais jurisdições do Ministério Público (MP) com primazia para a Jurisdição Criminal, tendo obtido até a presente fase como resultado intermediário, o Relatório do Diagnóstico Inicial, a definição da estrutura do Relatório do Modelo Ideal da Jurisdição Criminal e o estudo da Legislação Processual Penal que apresenta as linhas orientadoras do Modelo Ideal e que serviu de base para o início da elaboração do desenho do Modelo Ideal da Jurisdição Criminal.

O Plano de Actividades e Orçamento de 2020 do CEDSIF, IP prevê a realização de **73** actividades, e destas estava previsto que **69** tivessem início no 1º semestre, tendo sido iniciadas **61** actividades, o equivalente a **88,40%** do universo das previstas para esse período e a **83,56%** do universo programado no PAO 2020.

Para materialização das actividades previstas e alcance dos progressos registados no 1º semestre do presente exercício económico, o CEDSIF, IP contou com **315** colaboradores. Relativamente a execução orçamental, a despesa acumulada foi de **335.060.803,57 MT**, equivalente a **43,44%** da dotação orçamental actualizada, cujo valor é **771.266.041,49 MT**.

1. INTRODUÇÃO

O Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças – CEDSIF, IP é uma instituição colectiva de direito público, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, definido como Instituto Público, pelo Decreto n.º 67/2019, de 5 de Agosto, no âmbito da revisão das suas normas de organização e funcionamento, bem como das suas competências e mecanismos de gestão.

O CEDSIF foi criado pelo Decreto n.º 34/2010, de 30 agosto, o qual sofreu alterações através do Decreto n.º 27/2012, de 26 de Julho. O CEDSIF, IP tem por objecto prover serviços de modernização dos processos de negócio e dos sistemas de informação de Gestão de Finanças Públicas a todos os Órgãos e Instituições do Estado, incluindo as autarquias locais.

Para o cumprimento do seu objecto, o CEDSIF-IP dispõe de um Plano de Actividades e Orçamento de 2020 (PAO 2020), elaborado como instrumento orientador do processo de execução das actividades sob sua alçada, no quadro das suas competências e atribuições.

O PAO 2020 prioriza o desenvolvimento de acções que permitirão alcançar os resultados definidos nos seguintes objectivos: (i) Consolidar a reforma do SISTAFE; (ii) Dar continuidade a implementação do SISTAFE; (iii) Apoiar as instituições do Estado no desenvolvimento de sistemas complementares ao e-SISTAFE e (iv) Garantir o funcionamento e desenvolvimento institucional.

Para execução do PAO 2020, o CEDSIF, IP tem uma dotação orçamental actualizada de **771.266.041,49 MT**, derivada das fontes de recursos internos e externos alocados no período em análise.

O presente Relatório compreende as actividades desenvolvidas pelo CEDSIF-IP, no âmbito da execução do seu Plano de Actividades e Orçamento 2020 (PAO 2020), sendo que a sua estrutura, além do sumário executivo, insere os seguintes pontos:

1. Introdução.
2. Actividades executadas.
3. Balanço de execução orçamental.
4. Avaliação de desempenho.
5. Perspectivas para o 3º trimestre de 2020.
6. Anexos.

2. ACTIVIDADES REALIZADAS

O presente relatório compreende as actividades realizadas pelo CEDSIF, IP no 1º semestre de 2020, nas componentes de consolidação da reforma e continuidade do SISTAFE, implementação de sistemas complementares do SISTAFE, bem como de funcionamento e desenvolvimento institucional, no âmbito da execução do PAO 2020 do CEDSIF, IP.

2.1 CONSOLIDAÇÃO DA REFORMA DO SISTAFE

Nesta componente foram melhorados os processos dos subsistemas existentes, tendo estes passados a corresponder com maior eficácia às exigências do contexto actual e às solicitações dos utilizadores, destinatários e beneficiários do e-SISTAFE, no âmbito das reformas previstas na Lei do SISTAFE já implementadas, e das que estão em processo de consolidação; sendo de realçar o seguinte:

No domínio de execução da despesa do estado, a disponibilidade da rede nas UGB permitiu que a plataforma informática do SISTAFE, o e-SISTAFE, executasse, obedecendo às três fases de execução de despesa (cabimentação, liquidação e pagamento), **63,87%** da despesa total do Estado pela Via Directa, conforme ilustra a tabela 1 abaixo. Sendo que o nível alcançado, comparado com o de igual período de 2019, cuja execução foi de **67,95%**, mostra que a execução da despesa do Estado pela Via Directa decresceu em **4,08%**. Refira-se que no mapa abaixo, é visível que os salários e a dívida são os que tem maior ocorrência pela via indirecta (adiantamento de fundos-AFU).

Tabela 1- Execução da despesa do Estado pela Via Directa, no 1º Semestre de 2020

| TIPO DE DESPESA (CED) | MAPA RESUMO DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO DE 2019 vs 2020 | | | | | | | | | | | | | |
|--|--|------------------------------|-----------------------------|---------------------|-------------------------------|------------------------------|-------------------|---|------------------------------|-----------------------------|---------------------|-------------------------------|------------------------------|-------------------|
| | 1º SEMESTRE DE 2019 (Posição em 30/06/2019) | | | | | | | 1º SEMESTRE DE 2020 (Posição em 30/06/2020) | | | | | | |
| | Via Directa (VD) | %VD em cada linha de Despesa | % da VD no Total da Despesa | Via Indirecta (AFU) | %AFU em cada linha de Despesa | % do AFU no Total da Despesa | Total VD+AFU | Via Directa (VD) | %VD em cada linha de Despesa | % da VD no Total da Despesa | Via Indirecta (AFU) | %AFU em cada linha de Despesa | % do AFU no Total da Despesa | Total VD+AFU |
| Funcionamento | 65 579,93 | 69,49 | 52,07 | 28 789,46 | 30,51 | 22,86 | 94 369,39 | 68 883,22 | 67,44 | 53,31 | 33 250,63 | 32,56 | 25,73 | 102 133,86 |
| Salários e Remunerações | 42 993,77 | 79,56 | 34,13 | 11 045,77 | 20,44 | 8,77 | 54 039,55 | 47 716,09 | 79,00 | 36,93 | 12 682,30 | 21,00 | 9,81 | 60 398,39 |
| Demais Despesas com o Pessoal | 1 765,33 | 78,80 | 1,40 | 475,04 | 21,20 | 0,38 | 2 240,38 | 1 605,86 | 84,99 | 1,24 | 283,60 | 15,01 | 0,22 | 1 889,46 |
| Bens e Serviços | 8 480,70 | 84,62 | 6,73 | 1 540,91 | 15,38 | 12,23 | 10 021,61 | 9 523,65 | 80,96 | 7,37 | 2 239,71 | 19,04 | 1,73 | 11 763,36 |
| Encargos da Dívida | 8 958,49 | 65,82 | 7,11 | 4 652,64 | 34,18 | 3,69 | 13 611,13 | 5 782,81 | 48,99 | 4,48 | 6 020,23 | 51,01 | 4,66 | 11 803,04 |
| Transferências Correntes | 2 705,34 | 19,80 | 2,15 | 10 959,43 | 80,20 | 8,70 | 13 664,77 | 3 390,62 | 22,11 | 2,62 | 11 942,97 | 77,89 | 9,24 | 15 333,59 |
| Subsídios | 512,55 | 100,00 | 0,41 | - | 0,00 | 0,00 | 512,55 | 621,57 | 100,00 | 0,48 | - | 0,00 | 0,00 | 621,57 |
| Exercícios Findos | 71,43 | 84,39 | 0,06 | 13,21 | 15,61 | 0,01 | 84,64 | 229,29 | 98,97 | 0,18 | 2,39 | 1,03 | 0,00 | 231,68 |
| Demais Despesas Correntes | 67,36 | 39,81 | 0,05 | 101,85 | 60,19 | 0,08 | 169,21 | 0,78 | 0,99 | 0,00 | 78,31 | 99,01 | 0,06 | 79,09 |
| Despesas de Capital | 24,96 | 97,67 | 0,02 | 0,59 | 2,33 | 0,00 | 25,56 | 12,55 | 91,74 | 0,01 | 1,13 | 8,26 | 0,00 | 13,68 |
| Investimento Interno | 11 065,54 | 438,36 | 8,79 | 2 329,83 | 161,64 | 1,85 | 13 395,37 | 3 864,52 | 67,88 | 2,99 | 1 828,41 | 32,12 | 1,41 | 5 692,93 |
| Salários e Remunerações | 533,32 | 87,93 | 0,42 | 73,18 | 12,07 | 0,06 | 606,50 | 560,29 | 85,55 | 0,43 | 94,63 | 14,45 | 0,07 | 654,92 |
| Demais Despesas com o Pessoal | 705,05 | 71,35 | 0,56 | 283,11 | 28,65 | 0,22 | 988,15 | 183,66 | 97,26 | 0,14 | 5,18 | 2,74 | 0,00 | 188,84 |
| Bens e Serviços | 2 643,90 | 96,38 | 2,10 | 99,22 | 3,62 | 0,08 | 2 743,11 | 657,75 | 88,88 | 0,51 | 82,32 | 11,12 | 0,06 | 740,07 |
| Transferências Correntes | 3,23 | 1,95 | 0,00 | 162,14 | 98,05 | 0,13 | 165,37 | 0,04 | 0,44 | 0,00 | 9,09 | 99,56 | 0,01 | 9,13 |
| Exercícios Findos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Demais Despesas Correntes | 1,80 | 100,00 | 0,00 | - | - | - | 1,80 | - | - | - | - | - | - | - |
| Despesas de Capital | 7 178,25 | 80,74 | 5,70 | 1 712,19 | 19,26 | 1,36 | 8 890,44 | 2 462,79 | 60,07 | 1,91 | 1 637,19 | 39,93 | 1,27 | 4 099,98 |
| Investimento Externo | 3 437,85 | 79,05 | 2,73 | 911,16 | 20,95 | 0,72 | 4 349,01 | 2 423,47 | 67,23 | 1,88 | 1 181,26 | 130,26 | 0,91 | 3 604,73 |
| Salários e Remunerações | 382,59 | 98,96 | 0,30 | 4,02 | 1,04 | 1,04 | 386,61 | 281,66 | 99,87 | 0,22 | 0,36 | 0,13 | 0,00 | 282,02 |
| Demais Despesas com o Pessoal | 240,41 | 98,35 | 0,19 | 4,03 | 1,65 | 0,00 | 244,44 | 244,82 | 98,90 | 0,19 | 2,71 | 1,10 | 0,00 | 247,53 |
| Bens e Serviços | 1 441,47 | 67,65 | 1,14 | 689,40 | 32,35 | 0,55 | 2 130,88 | 1 292,89 | 57,89 | 1,00 | 940,53 | 42,11 | 0,73 | 2 233,42 |
| Transferências Correntes | 118,65 | 35,90 | 0,09 | 211,82 | 64,10 | 0,17 | 330,48 | 47,44 | 18,14 | 0,04 | 214,02 | 81,86 | 0,17 | 261,47 |
| Exercícios Findos | - | 0,00 | 0,00 | - | 0,00 | 0,00 | - | - | 0,00 | 0,00 | - | 0,00 | 0,00 | - |
| Despesas de Capital | 1 254,72 | 99,85 | 1,00 | 1,89 | 0,15 | 0,00 | 1 256,61 | 556,66 | 95,93 | 0,43 | 23,63 | 4,07 | 0,02 | 580,29 |
| Operações Financeiras | 5 498,57 | 39,72 | 4,37 | 8 344,96 | 60,28 | 6,63 | 13 843,54 | 7 364,30 | 41,40 | 5,70 | 10 423,81 | 58,60 | 8,07 | 17 788,11 |
| TOTAL (Funcionamento+Investimento Interno+Investimento Externo+Operações Financeiras) | 85 581,89 | - | 67,95 | 40 375,41 | - | 32,05 | 125 957,31 | 82 535,52 | - | 63,87 | 46 684,11 | - | 36,13 | 129 219,63 |

Fonte: Relatórios Demonstrativos Consolidados da Despesa com a posição de 30/06/2020

- Garantida a disponibilidade do e-SISTAFE) a nível nacional, tendo contribuído para a execução da despesa por Via Directa, bem como para o pagamento de salários e remunerações aos Funcionários e Agentes do Estado. No período em apreço, a disponibilidade dos *sites* foi de **955** em Junho, o que equivale à **94%** do universo de **1.011 sites**, e estiveram indisponíveis **56 sites**, o correspondente a **5,53%**, conforme ilustra a tabela 2 (dinâmica comportamental de *sites* no 1º semestre de 2020 quanto à disponibilização e operacionalização do (e-SISTAFE) ao nível Central e Provincial). Refira-se que a

indisponibilidade dos sites foi devido às avarias dos equipamentos, problemas de rede da Moçambique TELECOM (Tmcel) e da Movitel, e de falta de energia,

Tabela 2: Disponibilidade de *Sites* Registada no 1º Semestre de 2020

| Meses | | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maiο | Junho |
|----------------------------------|----------------------|---------------|---------------|---------------|--------------|------------|------------|
| Nr. de <i>Sites</i> do e-SISTAFE | Total | 992 | 992 | 1.001 | 1001 | 1012 | 1011 |
| | Disponíveis | 926 | 928 | 925 | 924 | 941 | 955 |
| | Indisponíveis | 66 | 64 | 76 | 77 | 71 | 56 |
| | Disponíveis % | 93,35% | 93,54% | 92,41% | 92,3% | 93% | 94% |

Fonte: e-SISTAFE

Face à disponibilidade da plataforma informática (e-SISTAFE), foram processados **4.201.673** Ordens de Pagamento (OP), contra **4.081.075** registados em igual período em 2019, ou seja, houve crescimento de **2,96%** comparado com igual período relativo ao ano anterior, conforme ilustram os gráficos 1 e 2 abaixo.

Gráfico 1- Ordens de Pagamento processadas no 1º semestre de 2020

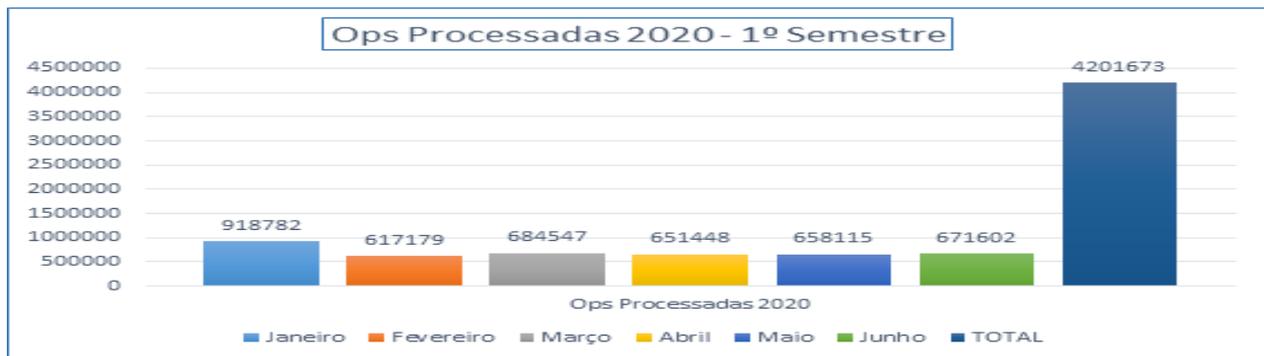
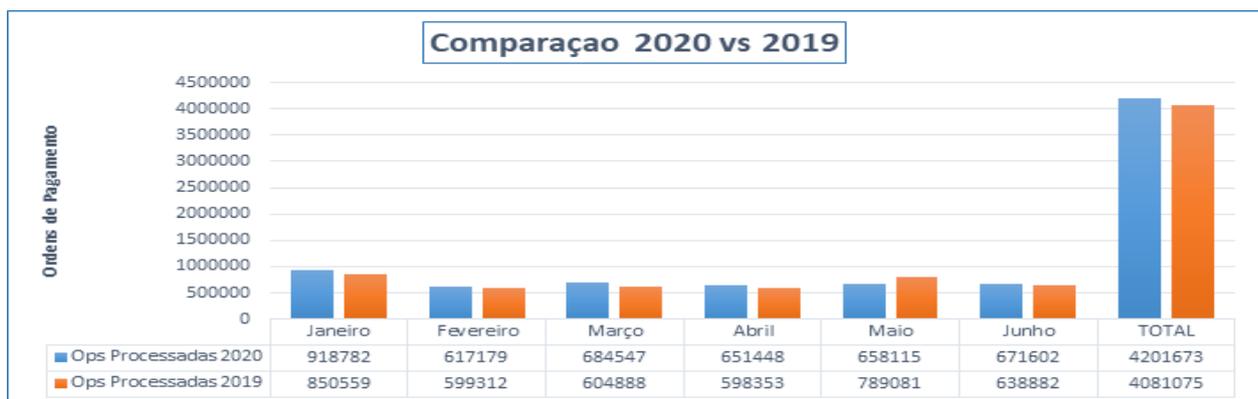


Gráfico 2- Número de Ordens de Pagamento processadas no 1º semestre de 2020 vs 2019



- Efectuado o pagamento de salários pela Via Directa (VD) a **328.700** FAE, de um total de **344.377** na situação de activo no e-CAF e com Prova de Vida realizada até 20 de Maio de 2020, o correspondente a **95,44%**. Do total dos FAE pagos pela VD, **322.053**, número superior ao de igual período de 2019, que foi de **312.890**, tiveram os seus salários processados através do e-Folha, o que corresponde a **93,51%** do total dos FAE.

- Capacitados **1.102** utilizadores do e-SISTAFE, face à interrupção das capacitações imposta pela pandemia em Março, diante de uma meta anual de **4.000** utilizadores, contra **2.937** registados em igual período no exercício económico de 2019. Do universo registado no 1º semestre, **730** beneficiaram de capacitação em matérias do Módulo de Execução Orçamental (MEX), **145** em Incorporação de Bens Patrimoniais, **29** em Cadastro dos Funcionários e Agentes do Estado (CAF), **107** em Sistema Electrónico de Processamento de Salários (e-Folha), **69** em Administradores de Segurança do e-SISTAFE (AS) e **22** em Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Estado (SNGRHE). Pretende-se com estas capacitações promover as competências técnicas dos actores envolvidos na execução de processos do SISTAFE e na melhoria da qualidade dos seus actos e do desempenho das instituições públicas.
- Foram dadas formações em conjunto com o MEF aos deputados da AR, incluindo os das várias Comissões de Trabalho, sobre Instrumentos de Planificação, Monitoria e Avaliação; e aos Membros do Governo, Governadores e Secretários do Estado, sobre Instrumentos de Planificação, Monitoria e Avaliação e Gestão do Património do Estado, num processo de indução organizado pelo MAEFP.
- Providenciado o serviço de assistência ao utilizador do e-SISTAFE, e registados **6.712** solicitações dos utilizadores, dos quais **6.190** foram resolvidos em tempo útil, o que corresponde a **92,22%**; contra **5.437** solicitações dos utilizadores, dos quais foram resolvidos **4.932**, registados em igual período de 2019. Dentre as solicitações registadas, merecem destaque **3.410** dos Serviços Bancários relacionadas com a fixação de descontos de financiamento aos Funcionários e Agentes do Estado; **497** casos do e-CAF referentes à manutenção de dados de Funcionários e Agentes do Estado (correção e actualização de dados pessoais e manutenção das folhas de salário); **1.603** relativos aos Sistemas Paralelos derivados do processamento e impressão de folhas de salários processadas via Sistema Nacional de Vencimentos (SNV), disponibilização de ficheiro padrão; e **324** no âmbito de operação do e-SISTAFE, conforme a tabela 3.

Tabela 3: Solicitações de Apoio ao Utilizador registadas no 1º Trimestre de 2020

| Aplicação/Serviço | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maió | Junho | Total Geral |
|------------------------|---------|-----------|-------|-------|------|-------|--------------|
| e-CAF | 84 | 56 | 68 | 92 | 109 | 88 | 6.712 |
| e-Folha | 11 | 20 | 22 | 20 | 19 | 12 | |
| e-SISTAFE | 74 | 49 | 30 | 36 | 68 | 67 | |
| Gestão de Património * | 1 | 0 | 2 | 0 | 2 | 17 | |
| MEX | 29 | 32 | 80 | 79 | 100 | 92 | |
| Security | 34 | 35 | 49 | 22 | 32 | 15 | |
| Serviços Bancários | 878 | 728 | 708 | 352 | 388 | 356 | |
| Sistema Paralelo | 304 | 262 | 435 | 210 | 240 | 152 | |
| Serviço Operação | 9 | 12 | 4 | 5 | 17 | 5 | |
| MPE | 8 | 10 | 13 | 9 | 3 | 18 | |
| CBS | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | |
| Formcreator | 0 | 0 | 15 | 16 | 0 | 0 | |
| e-Inventário | 0 | 1 | 0 | 3 | 2 | 1 | |
| e-SNGRHE | 5 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| Segurança | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 2 | |

*Património do CEDSIF

Relativamente à Consolidação da Reforma do SISTAFE, foram registados progressos no Módulo de Execução Orçamental (MEX), com maior incidência na implantação de melhorias no e-SISTAFE, e-CAF, e-FOLHA, Módulo de Retenção na Fonte e *Security Framework*.

No Módulo de Execução Orçamental (MEX), foi elevada a eficácia do processo de encerramento e abertura dos exercícios económicos, tendo sido, entre outros (i) actualizado o Plano Básico de Contabilidade Pública (PBCP), e, por conseguinte, passado a incluir a nova operação contabilística, quanto ao cancelamento de contratos gerados no processo de gestão da contratação pública, no âmbito do MPE; (ii) elaboradas as Notas de Lançamento para corrigir situações de operações não efectuados pelas Guias de Recolha, de Fontes de Recursos que não apontavam o agregado da despesa correcto; (iii) elaborado, com incidência no Módulo de Execução Orçamental, o Modelo de Negócio para criação do Classificador de Gestão Orçamental, e desenvolvida a funcionalidade que cria os Códigos de Orgânicos e Unidades Funcionais, no âmbito da Nova Estrutura Administrativa de Governação descentralizada 2020 - 2024, Lei n.º4 /2019; e (v) Elaborado o Modelo de Negócio de adequação do e-SISTAFE, de modo que permita a execução dos processos da despesa pelos novos Órgãos de Gestão Descentralizada Provincial.

No domínio de implantação de melhorias no e-SISTAFE, (i) foram validadas as especificações dos Relatórios da Conta de Gerência, de Conciliação Automática-CUT e do Detalhado da Conciliação Automática-CUT, passando estes a considerar todas as receitas e ordens de pagamento (OP) que, porventura à data da consulta, não tenham sido recolhidas, enviadas e ou processadas pelo Banco de Moçambique, no âmbito da Conciliação da Conta Única do Tesouro (CUT), tendo em vista garantir o histórico das posições diárias da conciliação da CUT; (ii) Está em elaboração o Modelo Conceptual da nova visão da Programação Financeira, para melhorar os actuais processos e instrumentos da programação financeira, passando a quantificar e estabelecer os fluxos financeiros

da tesouraria do Estado, tendo como parâmetros a previsão da receita, os limites da despesa, as demandas para despesas e a tendência do resultado do exercício económico; e (iii) Está em curso a validação das especificações dos relatórios de histórico das posições diárias da conciliação da CUT, para que considerem todas as receitas e Ordens de Pagamentos que até a data da consulta não tenham sido recolhidas, enviadas e ou processadas pelo Banco de Moçambique, no âmbito da conciliação da CUT.

Na manutenção preventiva, correctiva e evolutiva de funcionalidades, no âmbito de consolidação da Reforma do SISTAFE merecem destaque a:

- Elaboração do Modelo de Negócio que impede que o sistema altere o valor de desconto de emolumentos do Tribunal Administrativo, caso este tenha sido fixado para o FAE pelo Tribunal Administrativo, através da aplicação manter Visto do Tribunal Administrativo (VTA), bem como do Modelo de Negócio do e-CAF para adequar as Regras de cálculo de salário;
- Actualização do Modelo de Negócio do e-CAF e das regras do cálculo de salário para permitir a transferência em simultâneo de vários FAE do mesmo sector para um outro, a mudança de carreira, promoção e progressão, mantendo os abonos e os subsídios que vinham auferindo aquando de transferência dos antigos orgânicos ou sectores, no âmbito da Governação Descentralizada Provincial;
- Actualização do Modelo de Negócio do CAF, tendo passado a permitir que o Administrador da Folha de Salário tenha acesso ao Relatório de Acompanhamento de Geração, Carga, Sincronização e Pagamento da Subfolha de Salário e preparação do Novo Exercício;
- Validação da funcionalidade do e-CAF para garantir que todos os actos administrativos de FAE que ocorram no SNGRHE, sejam sincronizados para o CAF, passando este a ser gerido a nível do SNGRHE;
- Actualização do Modelo de Negócio do Roteiro de Processamento e Pagamento de Salários, para impedir o carregamento automático das folhas de salários de orgânicos agendados no calendário de excepção, e exclusão automática findo o prazo definido; e
- Criação de condições técnicas para o sistema, em casos de cancelamento de contratos do MPE cuja quota financeira tenha sido liberta para UGE, poder, a partir desta, proceder à sua devolução para a Unidade Intermédia do Subsistema do Tesouro Público, no âmbito da implementação de administração do Património do Estado (MPE); operacionalização das funcionalidades do pagamento antecipado, no âmbito do MPE, tendo sido melhorado o processo de gestão dos contractos gerados nesta modalidade de contratação, bem como na

gestão das garantias Bancárias; porquanto, este passou a incluir a informação de autenticidade, validade, valor do bem, assim como a informação dos saldos dos contratos de Pagamento Antecipado, nos relatórios de Execução Orçamental Despesa.

2.2 DAR CONTINUIDADE À IMPLEMENTAÇÃO DO SISTAFE

No âmbito de continuidade à implementação das reformas previstas na Lei do SISTAFE, que se mostram fundamentais para a boa Gestão das Finanças Públicas, foram desenvolvidas as seguintes actividades:

2.2.1. Projecto e-Tributação

No período em apreço, no sentido de aproximar a Administração Fiscal aos cidadãos e simplificar o processo de tributação através da construção de novos postos fiscais e da implementação das Tecnologias de Informação e Comunicação (e-Tributação, Janela Única Eletrónica), foram registados desenvolvimentos:

- Elaborado e validado o desenho de Solução e Modelo de Negócio da Entrega 3 do e-Tributação, que compreende as funcionalidades de gestão de Outros Impostos (Imposto sobre Reconstrução Nacional, Imposto sobre Sucessões e Doações, Imposto sobre Veículos e demais impostos cobrados através do Modelo B Geral) e Processos Comuns (Gestão de processos de auditoria e fiscalização, gestão de perfil de risco do contribuinte, gestão de casos de falência, gestão de processos de transgressão e contencioso, gestão de juízo de execuções fiscais e gestão de alertas); e estão em processo de desenvolvimento as respectivas funcionalidades.
- Concluído o piloto de pagamento via Banco no e-Tributação, envolvendo os contribuintes do Posto de Cobrança da Josina Machel e o Banco BCI, e actualizados os dados dos contribuintes nos Postos de Cobrança do Jardim e de Marracuene, no âmbito do piloto da segunda entrega do e-Tributação, tendo em vista proporcionar a elegibilidade à cobrança dos impostos desta entrega, nomeadamente, Impostos de Rendimento de Pessoas Singulares (IRPS) e Colectivas (IRPC), Impostos sobre a produção Mineira, Imposto sobre a produção de Petróleo, Imposto sobre Superfície e a Taxa sobre Combustíveis;
- Está em curso a expansão do pagamento de impostos via banco para o IVA e ISPC pelos contribuintes, envolvendo os bancos com as condições técnicas, nomeadamente Banco

Comercial de Investimentos (BCI), Standard Bank e ABC, tendo os contribuintes das Unidades de Cobrança começado a efectuar pagamento de imposto via banco; e

- Revistos os Acordos de Adesão e elaborado o Acordo de Nível de Serviços relativos à intermediação bancária no pagamento de impostos, e aprovados pelo Banco de Moçambique. Estes instrumentos deverão ser assinados pela Autoridade Tributária de Moçambique e os Bancos Comerciais, no âmbito desenvolvimento da Interoperabilidade entre o e-SISTAFE e a Janela Única Electrónica (JUE), que compreende a classificação e comunicação automática da receita entre as Alfândegas e o Tesouro, na componente da implementação da **Rede de Cobrança**.

2.2.2. Projecto Módulo de Administração do Património do Estado (MPE)

No decurso da implementação do Módulo de Administração do Património do Estado (MPE) houve progressos reflectidos na implementação e operacionalização de funcionalidades do MPE, bem como de harmonização e gestão de mudança, no âmbito da expansão das funcionalidades do MPE, sendo de destacar as seguintes realizações:

- Iniciada a revisão dos documentos de concurso, no sentido de alinhá-los com os requisitos da contratação pública electrónica;
- Em curso a criação de condições técnicas no e-SISTAFE para permitir que o TA atribua electrónicamente o Visto, sendo que, a nível técnico, foi elaborado e harmonizado o Modelo de Negócio, a ser aprovado em Julho, no âmbito de Interoperabilidade entre o e-SISTAFE (MPE) e o sistema do Tribunal Administrativo (TA) para atribuição electrónica do visto;
- Criadas as condições para a realização de adiantamento de fundos ao credor e estão sendo revistos os requisitos dos relatórios de gestão de pagamentos, na componente de operacionalização das funcionalidades de Pagamento Antecipado; e
- Realizados os testes de integração entre o CEF e o e-Tributação para a troca de informação sobre o NUIT, no âmbito de operacionalização de procedimentos para melhorar os mecanismos de intervenção da Autoridade Tributária no Processo de Execução Orçamental.

Na expansão de funcionalidades do MPE, (i) foram disponibilizados os relatórios de apoio à gestão do CEF, no âmbito de operacionalização efectiva do CBS e CEF; (ii) concluída a elaboração do Plano de formação e do respectivo orçamento, e estão em cursos os trabalhos para operacionalização do Plano de Contratações, cujos bens serão incorporados por Via Directa, no 2º semestre, no âmbito da expansão de funcionalidades do MPE.

Na componente de operacionalização do Portal de Contratação Pública, (i) foi aprovado o cronograma de actividades do desenvolvimento do Portal de Compras, bem como validado o documento de arquitectura; e (ii) está em curso a elaboração do Modelo de Negócio, a validação do *layout* do portal e a implementação da comunicação com a interface tecnológica, que vai habilitar a interoperabilidade entre o Portal e as aplicações do MPE.

As actividades realizadas, no âmbito de Modulo do Património do Estado, incluíram os trabalhos de operacionalização da funcionalidade do Concurso por Lances, tendo sido elaborado o plano do piloto, com 2 instituições a ser feito no terceiro trimestre, e melhorado o sistema, conforme recomendação do Comité Técnico; adequados os fluxos de requisições de compras e pagamentos antecipados a redução de conformidades.

2.2.3. Projecto Subsistema de Planificação e Orçamentação

Para a concretização da sua operacionalização no 3º trimestre de 2020, (i) foram efectuadas melhorias no Módulo de Planificação e Orçamentação (MPO), como resultado do trabalho realizado no módulo com alguns sectores, nomeadamente o Ministério da Saúde, CEDSIF, IP, e os Serviços Provinciais de Economia e Economia de Niassa, Nampula e Sofala; (ii) iniciada a formação dos formadores, tendo sido já formados 69 formadores da central, os quais deverão formar os utilizadores de nível central, bem como os formadores das províncias que irão operar o MPO, devendo estes formar os utilizadores provinciais e distritais, no âmbito da elaboração do PESOE, para operar no MPO. Espera-se que no III Trimestre de 2020 inicie a elaboração do PESOE 2021 no MPO em cinco sectores piloto, nomeadamente: Ministério da Saúde (MISAU), Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH), Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER), Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos (MOPHRH) e Ministério da Economia e Finanças (MEF), devendo os mesmos sectores elaborar o PESOE 2021 também no Módulo de Elaboração do Orçamento (MEO), módulo actualmente em uso. Foi também, face aos novos órgãos de governação descentralizada, iniciado o processo de definição de novos Mapas da lei orçamental.

Refira-se que no âmbito do Subsistema de Planificação e Orçamentação, foi concluída a revisão da Legislação de Suporte do SISTAFE (componente SPO), estando na fase da socialização e recolha dos comentários contributos pelos sectores, da proposta de Lei na sua generalidade, para posterior submissão para aprovação das mesmas aos Órgãos competentes.

Ao longo do período em análise, o CEDSIF, IP, no âmbito de implementação do seu PAO 220, ainda em relação Consolidação da Reforma do SISTAFE, coordenou a revisão da lei do SISTAFE,

tendo apresentado o primeiro *draft* ao Conselho Consultivo do Ministro e posteriormente o submetido à apreciação crítica do Colectivo de Membros de Governo e órgãos judiciais, devendo seguidamente proceder à análise dos comentários de que for objecto, preparar a nova versão a submeter ao comentário dos parceiros de cooperação e organizações da sociedade civil. O trabalho é feito no sentido de garantir que a Lei possa ser apreciada na próxima sessão da Assembleia da República.

2.2.4. Projecto Sistema de Gestão Autárquica

O projecto Sistema de Gestão Autárquica compreende um sistema integrado de gestão, que contempla duas componentes, nomeadamente: (i) a gestão financeira; e (ii) a gestão urbanística, ambiental e de serviços municipais, para prover processos e ferramentas de trabalho que apoiem as Autarquias no efectivo cumprimento da sua missão.

Para o ano de 2020, está prevista como meta a ser alcançada no 4º Trimestre a implantação do e-SISTAFE em 5 autarquias, sendo que no 1º Semestre foi lançado oficialmente a Fase-1 de Piloto do Projecto Sistema de Gestão Autárquico (SGA), na componente e-SISTAFE Autárquico, cuja operacionalização decorre nos Municípios das Cidades de Maputo e Matola, e da Vila de Boane. Na ocasião, foram feitas as demonstrações sobre o funcionamento da plataforma electrónica na componente de gestão financeira (e-SISTAFE Autárquico), que inclui a planificação, pagamento da despesa, geração, envio e processamento de resposta da respectiva ordem de pagamento (OP). Refira-se que decorrem os trabalhos de preparação da expansão do e-SISTAFE Autárquico.

Ainda neste período, merece destaque a implantação do Portal actualizado do SGA; e a manutenção e aprimoramento das funcionalidades do MEO-A, MEX-A para garantir que as Autarquias piloto utilizem plenamente o sistema.

2.2.5. Projeto Subsistema de Controlo Interno

Este projecto compreende acções que visam disponibilizar as funcionalidades de Gestão da Programação do Controlo Interno e das Listas de Verificações do Módulo do Controlo Interno, a aplicar em auditoria. Sendo que foi concluído o desenvolvimento das listas de verificação, bem como as funcionalidades de administração, gestão das listas de verificação em auditoria e planificação.

Ainda no primeiro semestre, foi instalado e configurado o ambiente de homologação, onde irão ocorrer todos os testes e validações das aplicações a medida que são desenvolvidas, bem como deu-se início a validação e correcções de arquitectura da aplicação com vista a confirmação da sua compatibilidade com o processo de desenvolvimento do CEDSIF, IP.

2.2.6. Projecto Subsistema de Controlo Interno Sistema de Gestão de Informação de Finanças Públicas

No período em análise, foram desenvolvidos e disponibilizados os **7** indicadores chave do desempenho da educação, previstos para o ano de 2020, nomeadamente: Taxa de Admissão; Taxa de Escolarização; Taxa de Aprovação/Conclusão; Taxa de Reprovação; Taxa de Desistência; Rácio Aluno-Professor; e Distribuição Geográfica. Estes indicadores podem ser vistos em várias dimensões, a saber: ano, província, distrito, tipo de ensino, nível de ensino, escola, género, classe e turno.

2.2.7. Projecto Módulo da Gestão da Dívida Pública

O Módulo de Gestão da Dívida Pública (MGD) é um instrumento que servirá de apoio ao Governo no processo de gestão da dívida pública, na avaliação da situação actual dos processos e procedimentos de gestão da dívida pública, bem como na identificação dos principais constrangimentos do actual modelo de gestão. Para operacionalização do Módulo de Gestão da Dívida Pública (MGD), foi elaborado o documento da estratégia de desenvolvimento do Sistema de Gestão da Dívida, que determina que primeiro proceder-se-á a migração do actual sistema designado por CS_DRMS para o MERIDIAN, ambos propriedade do Secretariado da Commonwealth, e está prevista a elaboração do Modelo de Negócio no final do IV trimestre de 2020.

2.3. IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS COMPLEMENTARES AO SISTAFE

No âmbito do apoio às Instituições do Estado na implementação de sistemas complementares ao e-SISTAFE, foram desenvolvidas actividades, que compreendem o: Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Estado (SNGRHE), Sistema de Gestão dos Beneficiários dos Programas de Acção Social (e-INAS), Sistema de Informação e de Negociação de Mercadorias (SINEM), Cadastro Único do Produtor Agrário (CUPA) e Sistema de Suporte das Funções Jurisdicionais do Ministério Público (SISMP).

2.3.1. Projecto Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Estado

O Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Estado (SNGRHE) visa o registo e acompanhamento de todo o ciclo de vida do Funcionário e Agente do Estado (FAE), bem como a melhoria no controlo da folha de salários; sendo que para materializar o objectivo desenvolveu-se o Modelo Conceptual, que prevê o desenvolvimento e operacionalização de **5** (Cinco) Módulos, nomeadamente, (i) Módulo de Administração de Pessoal (MAP), (ii) Módulo de Carreiras e Remunerações (MCR), (iii) Módulo de Avaliação de Desempenho (MAD), (iv) Módulo de

Elaboração do Quadro de Pessoal (MEQP) e (v) Módulo de Recrutamento e Selecção (MRS); Módulos estes já desenvolvidos. Neste momento estão sendo operacionalizados em fase Piloto **3** (três), nomeadamente, o MAP, MCR e MAD, em 17 (dezassete) instituições, das quais 8 de nível central, a saber: (i) Ministério da Administração Estatal e Função Pública (MAEFP), Ministério da Economia e Finanças (MEF), Ministério da Saúde, Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH), Ministério da Terra Ambiente e Desenvolvimento Humano (MITADER), Tribunal Administrativo, Inspeção Geral de Finanças (IGF), e Hospital Central de Maputo (HCM); e **6** da Província de Maputo, nomeadamente, Secretaria Provincial de Maputo (SPM), Direcção Provincial de Economia e Finanças (DPEF), Tribunal Administrativo da Província de Maputo, Tribunal Fiscal da Província de Maputo (TFPM), Direcção Provincial de Educação e Desenvolvimento Humano (DPEDH), Direcção Provincial de Saúde (DPS) e **3** do Distrito de Boane, (Secretaria Distrital de Boane, Serviço Distrital de Saúde Mulher e Accção Social e Escola Secundária Joaquim Chissano). Refira-se que, com excepção de TAPM, já iniciou em 16 instituições o processamento e pagamento de salários com base na informação gerada pelo e-SNGRHE.

Ainda no período em apreço, foram (i) efectuadas alterações para atender a entrega 2 do MEQP (ainda em execução), bem como, o atendimento de processos administrativos em regime de Urgente Conveniência de Serviço face à situação da COVID-19; (ii) capacitados **10** formadores responsáveis por assegurar a formação dos formadores e utilizadores provinciais, pese não tenha iniciado devido a pandemia do COVID-19. Entretanto, estão sendo identificadas as alternativas de formação que impliquem a presença de formandos e formadores na sala em número reduzido, formação virtual por meio do e-learning ou outras plataformas.

No âmbito da expansão do e-SNRRGHE, decorrem os trabalhos preparatórios nos Ministérios da Defesa Nacional (MDN) e de Recursos Minerais e Energia (MIREME) para operacionalização do e-SNGRHE, tendo sido feito, dentre outros, o levantamento dos processos individuais. Ainda no domínio da expansão, está em curso o processo de integração dos Municípios no e-SNGRHE, com destaque para os Municípios da Matola e Cidade de Maputo, e neste sentido foi feito o levantamento de requisitos sobre os processos de gestão de Recursos Humanos a nível destes Municípios para determinar as adaptações que devem ser feitas a nível do e-SNGRHE.

Em termos de meta prevista para o ano de 2020, a mesma foi alcançada, pois já foi desenvolvido o Sistema de Gestão de Recursos Humanos do Estado, o e-SNGRHE. Entretanto, no 1º Semestre de 2020, destacam-se as melhorias efectuadas nos módulos já desenvolvidos, bem como a

implementação do Módulo de Recrutamento e Selecção, o último módulo dos 5 previstos, o que representa um nível de execução de 100%.

2.3.2. Sistema de Gestão de Beneficiários de Programas de Acção Social (e-INAS)

Este projecto garantiu o acesso ao e-INAS em **31** delegações do Instituto Nacional de Acção Social e processados pagamentos de subsídios a **454.211** beneficiários de Programas de Acção Social. Relativamente ao desenvolvimento de funcionalidades, teve início a implementação das funcionalidades de integração do e-INAS com o SPA (sistema intermédio de comunicação com bancos comerciais e Instituições de Moeda Electrónica) para o pagamento de subsídios directamente às contas de moeda eletrónica dos beneficiários, e iniciada a implementação dos mecanismos de segurança e auditoria na comunicação entre sistemas.

2.3.3. Projecto Sistema de Informação e de Negociação de Mercadorias (SINEM)

O Sistema de Informação de Mercado e de Negociação de Mercadorias (SINEM) é uma plataforma informática que irá auxiliar a Bolsa de Mercadorias de Moçambique (BMM) na divulgação de informação de preços de mercado de *comódites* a nível nacional, assim como na intermediação da negociação das mesmas, pelas modalidades de Apregoação por Oferta² ou Leilão. No âmbito deste projecto estão previstas as seguintes entregas: (i) Publicação de Mercadoria; (ii) Negociação por Apregoação; (iii) Negociação por Leilão; (iv) Publicação de Informação de Mercado; (v) Gestão de Pedidos de Mercadoria; (vi) Acesso via USSD (similar ao MPESA, e-MOLA e MKesh); e (vii) Acesso via Mobile.

Para materialização do sistema foi (i) elaborado o Modelo de Negócio do sistema; (ii) assinado contrato entre o CEDSIF e a BMM, que prevê o pagamento de **3.721.980,58 MT** ao CEDSIF para desenvolver o sistema em 12 meses, definido o cronograma de entregas e criada equipa de trabalho composta por 3 técnicos; (iii) implementada a arquitectura tecnológica de base do SINEM, definida a proposta de Modelo de Negócio e submetida à aprovação do BMM; e (iv) iniciado o desenvolvimento de funcionalidades, iniciada a homologação de Layout geral do sistema, gestão e autenticação de utilizadores, disponibilização de mercadoria (componente web); (v) e desenvolvidas e disponibilizadas para homologação as funcionalidades de disponibilização de mercadorias (componente web).

² Apregoação por Oferta - Acto de apregoar a compra ou venda de mercadoria, mencionando-se o tipo, a quantidade e o preço pelo qual se pretende fechar o negócio. É executada por um operador, representante de sociedade corretora, na sala de negociações de uma bolsa.

2.3.4. Projecto Cadastro Único do Produtor Agrário

O Cadastro Único do Produtor Agrário (CUPA), é uma ferramenta que irá auxiliar o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER) na captação de dados sobre os produtores do ramo agrícola no país, tendo em vista definir e aplicar políticas do sector Agrário, sendo que está prevista a entrega de Cadastros de Dados Online e de Offline.

No primeiro semestre de 2020, para materialização da entrega 1 (Cadastro Online) foram (i) revisto o Modelo de Negócio; (ii) implementada a arquitectura tecnológica do sistema; e (iii) desenvolvidas as funcionalidades dos módulos Produtor, Parcela, Organização, Actividade Agrícola e Actividade Pecuária, Actividade Silvícola e Aquacultura no modo *online*.

2.3.5. Sistema de Suporte das Funções Jurisdicionais do Ministério Público (SISMP)

No âmbito dos trabalhos orientados para o desenvolvimento e implantação do Sistema de Suporte das Funções Jurisdicionais do Ministério Público, está sendo ajustado o Modelo Conceptual, por força de alargamento do Sistema de Informação às Funções do Ministério Público (SISMP), para as demais jurisdições do Ministério Público (MP) com primazia para a Jurisdição Criminal, tendo alcançado como resultados intermediários. (i) a conclusão do Relatório do Diagnóstico Inicial e (ii) a definição da estrutura do Relatório do Modelo Ideal da Jurisdição Criminal.

No mesmo período, foram desenvolvidos trabalhos que compreendem a redefinição da estratégia de desenvolvimento e operacionalização do SISMP e ajuste do Orçamento Geral do Projecto, concluído o estudo da Legislação Processual Penal.

2.4. FUNCIONAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO CEDSIF, IP

No período em referência foram elaborados os instrumentos de administração e gestão do CEDSIF, de padrões de qualidade, e prestado os serviços de segurança de informação, de recursos humanos, de gestão de contratos, e de execução orçamental.

2.4.1 Serviços de Suporte Institucional

Para assegurar a realização de actividades de coordenação das reformas da Gestão das Finanças Públicas, bem como as de implementação do e-SISTAFE constantes do PAO 2020, importa destacar o seguinte:

No domínio de instrumentos de gestão do CEDSIF,IP foi: (i) elaborado e aprovado o Manual de Procedimentos de Planificação; (ii) elaborados os Relatórios de Actividades Executadas pelo CEDSIF, IP relativas aos Plano Económico e Social 2019, Anual de Execução das Actividades do PAO 2019 do CEDSIF,IP, e de Execução das Actividades do PAO 2020 no 1º Trimestre; e (iii) Está em fase conclusiva a elaboração do Plano Estratégico do CEDSIF para o período 2020-2024, no âmbito do processo de planificação, acompanhamento, monitoria e avaliação das actividades.

Na componente de implementação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), baseado na Norma ISO 9001, foi (i) Dada a cobertura aos trabalhos de execução do plano de acção de correcção das inconformidades constatadas aquando da Auditoria de Concessão Fase II realizada pelo INNOQ em 2019, no âmbito de acção de apoio na realização da Auditoria Externa de certificação ao Sistema de Gestão da Qualidade; (ii) realizadas as Auditorias Internas ao Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ)- Processo de Atendimento ao Utilizador e aos Requisitos da Norma ISO 9001:2015, (iii) iniciada a preparação da auditoria interna ao processo de desenvolvimento de aplicações; e (iv) iniciada a preparação da 1ª Auditoria Externa de Acompanhamento ao Sistema de Gestão de Qualidade.

Para assegurar a melhoria contínua do CEDSIF-IP, (i) foi revisto e está em fase de aprovação, o Manual Gestão de Património e de Bens de Consumo; (ii) está em curso a elaboração dos Manuais de Procedimentos de Gestão de Recursos Financeiros, de Auditorias Internas, de Disponibilização de Infraestruturas, de administração de cursos, e de Tratamento de Reclamações; e (iii) foram concluídos e aprovados os Manuais de Procedimentos de Retenção na Fonte de Descontos Não Obrigatórios, de Procedimentos de Recrutamento e Selecção, e de Procedimentos de Registo de Documentos no Sistema de Gestão Documental (SGD), produzidos no âmbito da Contratação Pública.

Na componente de segurança de infraestruturas e sistemas de informação, foi garantido o funcionamento e desenvolvimento institucional, com a realização dos seguintes trabalhos, no domínio de infraestruturas, (i) monitoria da disponibilidade da infraestrutura de TI, implantação de sistema alerta que impede a entrada de informação imprópria ao Sistema, elaboração e partilha de informação sobre a vulnerabilidade de acesso em equipamentos CISCO, e de alerta de segurança sobre ataques de engenharia social; (ii) monitoria do tempo de retenção das imagens; e (iii) criada nova rede do sistema CCTV para acomodar mais câmaras. Estas acções se reflectirão em forma de melhoria no controlo de acesso aos sistemas e aplicações, de segurança de sistemas, redes e comunicações, e de mecanismos e procedimentos do sistema de controlo de acessos (CCTV, controlo de acesso, *scanner*, e detector de metais).

Quanto a segurança de sistemas, (i) está em curso a auditoria interna ao Sistema de Gestão de Sistemas de Informação (SGSI) para aferir o grau de prontidão das acções de controlo dos itens de certificação; (ii) efectuada e partilhada a análise de risco sobre a reiniciação de um nó de base de dados, concluída a avaliação de risco do processo de desenvolvimento de aplicações, e está em curso a avaliação de risco do processo de atendimento de pedido do cliente, no âmbito de estabelecimento e implementação do modelo de gestão de risco; e (iii) elaborado o relatório anual sobre segurança de sistemas, e está em curso a monitoria, análise e avaliação dos incidentes ocorridos no período.

As actividades realizadas no domínio de segurança de infraestruturas e sistemas foram extensivas à Consolidação da Reforma do SISTAFE, sendo que:

- No âmbito de implementação da funcionalidade de atribuição automática de código de acesso ao e-SISTAFE, está em curso a revisão do modelo de negócio do credenciamento e elaboração dos requisitos para a implementação da Biometria no processo de desbloqueio e cadastro no sistema. Sendo que, diariamente decorrem trabalhos de monitoria dos usuários que efectuam o desbloqueio e cadastro no sistema e de registo e satisfação de pedidos de auditoria ao sistema (e-SISTAFE) por entidades externas, tendo sido atendidos quarenta e três (43) solicitações; e
- Na componente de aprovação e implementação de política de gestão de continuidade de negócio, foi elaborado o plano de contingência para atender a pandemia do coronavírus; está em curso a elaboração do plano de recuperação das tecnologias em situação de ocorrência de desastres, incluindo a estratégia de *backup*, tendo sido concebidos os termos de referência para aquisição e instalação de uma sirene para casos de emergência.

Na componente de comunicação e imagem, os trabalhos realizados no período em análise, contribuíram para promoção de imagem da instituição. Nesse âmbito foram: (i) actualizadas as páginas de Intra e Internet, e incluindo os vídeos para TV corporativa (átrio); (ii) produzidos conteúdos e folhetos informativos, dísticos e *Roll-Ups* sobre SGA, disponibilizados e divulgados ao público aquando de lançamento do e-SISTAFE Autárquico, na Cidade de Maputo; (iii) realizadas actividades preparatórias para participação do CEDSIF na Feira MozTech; e (iv) dada a continuidade à elaboração do manual de procedimentos da Competência Gerir Comunicação e Imagem, e feito o levantamento de necessidades de material de visibilidade do CEDSIF para 2020, incluindo o material para actividades realizadas no âmbito do subvenção da União Europeia.

Ainda na componente de comunicação e visibilidade institucional, enquadrada na operacionalização do Memorando de Entendimento entre a Oxfam e o CEDSIF, foram desenvolvidas acções conjunta entre o CEDSIF-IP, OXFAM e o GDI (Instituto de Apoio à

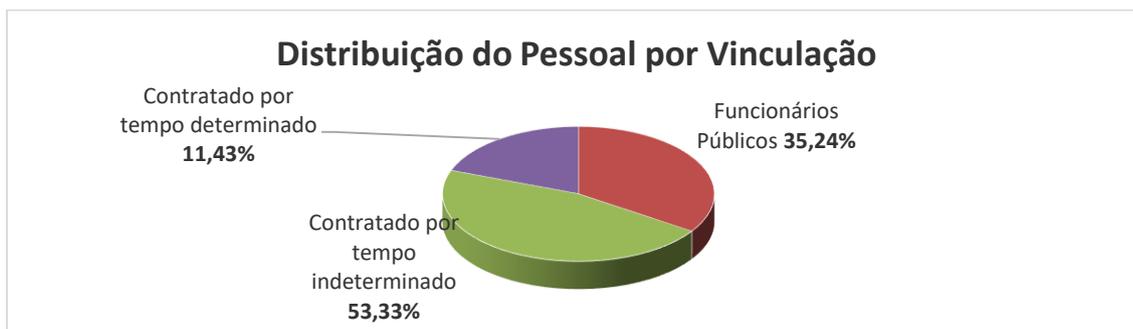
Tabela 5: Distribuição do Efectivo Faixa Etária

| Nível Académico / Gênero | Faixas Etárias | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | Total Geral | % |
|--------------------------|----------------|-----------|-----------|----------|-----------|-----------|-----------|------------|------------|-----------|-----------|-----------|----------|-----------|-----------|----------|----------|----------|------------|------------|------------|---------------|---|
| | 18-25 | | | 26-30 | | | 31-41 | | | 41-51 | | | 51>60 | | | 61» | | | | | | | |
| | F | M | FM | F | M | FM | F | M | FM | F | M | FM | F | M | FM | F | M | FM | F | M | FM | | |
| Mestrado | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 9 | 6 | 15 | 1 | 1 | 2 | 0 | 3 | 3 | 0 | 0 | 0 | 10 | 10 | 20 | 6.35 | |
| Licenciatura | 1 | 13 | 14 | 6 | 22 | 28 | 41 | 99 | 140 | 18 | 30 | 48 | 3 | 7 | 10 | 1 | 1 | 2 | 70 | 172 | 242 | 76.83 | |
| Bacharelato | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 2 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 3 | 4 | 1.27 | |
| Médio Profissional | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 4 | 6 | 3 | 9 | 6 | 0 | 6 | 1 | 1 | 2 | 0 | 0 | 0 | 13 | 8 | 21 | 6.67 | |
| Médio Geral | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 3 | 5 | 8 | 1 | 2 | 3 | 1 | 1 | 2 | 0 | 0 | 0 | 5 | 11 | 16 | 5.08 | |
| Básico | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 2 | 0 | 0 | 0 | 1 | 3 | 4 | 0 | 0 | 0 | 1 | 5 | 6 | 1.90 | |
| Elementar | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | | 2 | 2 | 0 | 3 | 3 | 0 | 6 | 6 | 1.90 | |
| Total | 2 | 13 | 15 | 6 | 27 | 33 | 60 | 117 | 177 | 26 | 34 | 60 | 6 | 18 | 24 | 1 | 4 | 5 | 100 | 215 | 315 | 100.00 | |

Natureza do Vínculo laboral do Pessoal

O vínculo do pessoal em serviço no CEDSIF,IP compreende duas modalidades, nomeadamente, por contrato (determinado e indeterminado) e outra por provimento (funcionários), sendo que do universo de **315** colaboradores, trinta e seis (**36**), correspondentes a **11,43%** do pessoal contratado são por tempo determinado, cento e sessenta e oito (**168**), equivalente a **53,33%**, por tempo indeterminado, e cento e onze (**111**), correspondente a **35,24%**, são Funcionários Públicos, conforme o gráfico 3 abaixo.

Gráfico 3: Distribuição do Pessoal por Vinculação



No âmbito de execução do PAO 2020, foi fortalecida a capacidade técnica dos colaboradores, tendo beneficiado de capacitação **130** colaboradores, dos quais **8** em *Network Ms Windows Server 2016*; **8** em *Identify with windows server 2016*, **7** em *Securing windows server 2016*, **6** em *Oracle Database 12: Data Guard administration*; **12** em *Administration SQL Data Base Infrastrucuture*; **12** em *Provisioning SQL data Bases*; **8** em *Querying data with Transct – SQL*; e **3** em *CNS-220I: Cetrax ADC 12.x Essentials and Traffic Management*; **12** em *Performance Tuning and Optimizing SQL Data Bases*; **12** em *Implementing SQL Data Warehouse*; **12** em *Developing SQL Data Models*;

9 em *Analyzing data with SQL Server Reporting Services*; **9** em *Analising Date Power BI*; **9** em *Analising Data With SQC Server Reporting Services*; e **3** em *Essentials and Traffic Manegement*.

Face às capacitações proporcionadas aos colaboradores da instituição, espera-se que os mesmos tenham elevado a sua capacidade técnica e, por conseguinte, venham prestar melhor serviço à Instituição. Refira-se que as capacitações foram financiadas com os recursos de, no âmbito do projecto de Gestão de Finanças Públicas por Resultado.

2.4.3 Gestão de Contratos de Aquisição de Bens e Serviços

O Plano Anual de Aquisições (PAA) 2020, inicialmente previa **82** contratações, incluindo os transitados de 2019, e foi actualizado para **105**. Esta variação resultou, em parte, da desagregação de algumas contratações para melhor adequação aos procedimentos de contratação, inclusão de outras não previstas inicialmente, e alterações do PAO.

Na execução do Plano Anual de Aquisições (PAA), foram aplicadas as modalidades de contratação competitiva e de ajuste directo, tendo resultado em **25** contratos, **9** adendas e **13** prorrogações, conforme ilustra a tabela **6**.

Tabela 6: Modalidades de Contratação de Janeiro a Junho de 2020

| Período | Modalidade de Contratação | Quantidade |
|---|---|------------|
| Transitados para 2020 (concursos e ajustes directos) | Concursos Lançados | 8 |
| | Ajustes Directos Lançados | 10 |
| | Sub-total (A) | 18 |
| Ano 2020 (concursos e ajustes directos) | Concursos Lançados | 28 |
| | Ajuste Directo Lançados (incluindo adesões) | 19 |
| | Contratos de adesão | 8 |
| | Concursos por lançar | 22 |
| | Ajuste Directo por lançar | 9 |
| | Contratos de adesão por lançar | 1 |
| | Sub-total (B) | 87 |
| 2020 | Total (C=A+B) | 105 |
| | Contratos Celebrados | 25 |
| | Adendas a Contratos | 9 |
| | Prorrogações | 13 |
| | Total (D) | 28 |

Refira-se que a opção pela contratação por Ajuste Directo, apesar de ter fundamento legal, é a menos privilegiada, ocorrendo apenas em casos de monopólio de mercado e concursos desertos. O CEDSIF, IP optou por esta modalidade na contratação de serviços de manutenção à viaturas junto aos agentes, telecomunicação móvel e fixa, serviços de recolha de lixo e resíduos sólidos prestados pelo Conselho Municipal, incluindo estacionamento de viaturas, contratação de arrendamento de

armazém, bem como em adesão para fornecimento de energia eléctrica e água; tendo registado **27** ajustes directos, dos quais **8** de adesão e **28** de concursos públicos, conforme ilustra a tabela 7.

Tabela 7: Concursos e Ajustes Directos lançados em 2020 (excluindo os transitados de 2019)

| Modalidade | Fundamentação da Modalidade | Nº | Valor Agregado (MT) | Percentagem |
|----------------|---|-----------|----------------------|----------------|
| Ajuste Directo | Manutenção de viaturas pelos agentes; contratação do Conselho Municipal para prestação de serviços de recolha de lixo e resíduos sólidos e estacionamento de viaturas, contratação do arrendamento de armazém, contratação de serviços de comunicação móvel e fixa com especial enfoque para rede do e-SISTAFE, nos contratos de adesão para fornecimento de energia eléctrica e água, e face aos concursos desertos. | 28 | 6,781,776.33 | 9.62% |
| Concursos | Regime Geral | 28 | 63,734,986.41 | 90.38% |
| Total | | 56 | 70,516,762.74 | 100.00% |

2.4.4 Componente Orçamental

A dotação orçamental actualizada do CEDSIF-IP, estimada em **771.266.041,49 MT**, teve uma execução acumulada no valor de **335.060.803,57 MT**, o correspondente a **43.44%** da mesma.

2.4.5 Funcionamento do Conselho de Direcção

Em actividades de administração e gestão do CEDSIF, IP sob orientação da Direcção Geral, o Conselho de Direcção reuniu-se em sessões ordinárias e extraordinárias para apreciar, recomendar, informar e dar o ponto de situação dos diversos assuntos da vida da Instituição, tendo sido registadas **7** sessões, das quais **6** Ordinárias e **1** Extraordinária. Para cada sessão foram elaboradas sínteses que resumem as matérias tratadas e as recomendações emanadas que constam de Matrizes para Acompanhamento das Decisões e Orientações do Conselho de Direcção, as quais foram devidamente assinadas e arquivadas e dinamização a materialização das acções inscritas no PAO 2020.

3. BALANÇO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

3.1 Orçamento

A dotação orçamental inicial do CEDSIF para o exercício de 2020 é de **469.400.150,00 MT**, tendo passado para **771.266.041,49 MT**, o que representa um incremento de **301.865.891,49MT**, face à inscrição de saldos transitados de 2019 para 2020. A dotação actualizada comporta as componentes Interna (Recursos do Tesouro e Receitas Próprias), com peso de **81%**, e Externa (Recursos de Parceiros de Fundo comum e da União Europeia), com a parcela de **19%**, conforme ilustrada a Tabela 8, a seguir.

Tabela 8: Mapa de Dotação Inicial, Actualizada e Variação Orçamental e Financeira de 2020

| Fonte de Recurso | Dotação Inicial | | Dotação Actualizada | | Variação da Dotação | |
|---------------------------------|------------------------------|-------------|----------------------------------|-------------|--------------------------------------|-------------|
| | Valor da Dotação Inicial (1) | Peso | Valor da Dotação Actualizada (2) | Peso | Valor da Variação da Dotação (3=2-1) | Peso |
| 101 RT | 258.141.130,00 | 55% | 356.132.531,00 | 46% | 97.991.401,00 | 32% |
| 111 CEDSIF Compomisso de 20 | 193.058.520,00 | 41% | 269.779.876,13 | 35% | 76.721.356,13 | 25% |
| Total Componente Interna | 451.199.650,00 | 96% | 625.912.407,13 | 81% | 174.712.757,13 | 58% |
| 133FCSIST AFE | | 0% | 63.957.455,10 | 8% | 63.957.455,10 | 21% |
| 134UE -CEDSIF2 | 18.200.500,00 | 4% | 73.778.104,64 | 10% | 55.577.604,64 | 18% |
| 134UE -CEDSIF | | 0% | 7.618.074,62 | 1% | 7.618.074,62 | 3% |
| Total Componente Externa | 18.200.500,00 | 4% | 145.353.634,36 | 19% | 63.957.455,10 | 21% |
| Global | 469.400.150,00 | 100% | 771.266.041,49 | 100% | 301.865.891,49 | 100% |

3.2 Entradas Registadas no 1ºSemestre de 2020

Durante o período em análise, o CEDSIF, IP foi dotado de recursos financeiros no valor de **356.498.934,53 MT**, provenientes das seguintes fontes de recursos:

- **243.764.222,47MT**, recursos de tesouro;
- **89.554.653,67MT**, receitas próprias; e
- **23.180.058,39MT**, Parceiros de cooperação (Itália- USD 333.526.02), conforme ilustra a tabela 9 seguinte.

Tabela 9: Entradas de Recursos Financeiros no 1º semestre de 2020

Moeda: MT

| Entradas do Período | Total MT -1º Semestre 2019 (1) | Total MT -1º Semestre 2020 (2) | Diferenças (3=2-1) |
|---------------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|------------------------|
| Letshego | 20.085.500,00 | 24.443.864,00 | 4.358.364,00 |
| Banco + | 3.829.930,00 | 5.985.147,00 | 2.155.217,00 |
| BayPort | 30.124.300,00 | 22.666.891,00 | (7.457.409,00) |
| MozaBanco (Renda) | 203.192,85 | 121.865,71 | (81.327,14) |
| MozaBanco (Transações) | 391.518,57 | 1.589.524,57 | 1.198.006,00 |
| INTIC (INAGE) (Renda) | 110.000,00 | 165.000,00 | 55.000,00 |
| TA (Renda) | | 165.000,00 | 165.000,00 |
| BCI | 9.215.350,00 | 17.446.160,00 | 8.230.810,00 |
| Escola do CEDSIF | 71.067,00 | 20.800,00 | (50.267,00) |
| BANCO OPORTUNIDADE | 8.954.070,00 | 7.836.291,00 | (1.117.779,00) |
| BIM | 2.630.580,00 | 4.231.812,00 | 1.601.232,00 |
| Outros Proveitos Financeiros (Juros) | 191.066,30 | 68.662,96 | (122.403,34) |
| Xtenda Finanças | 100.000,00 | 378.994,00 | 278.994,00 |
| Bolsa de Valores de Moçambique-BVM | | 1.853.921,43 | 1.853.921,43 |
| ECOBANK | | 31.964,00 | 31.964,00 |
| BancABC | | 178.501,00 | 178.501,00 |
| Sanlam | | 144.400,00 | 144.400,00 |
| FAO_MASA | | 1.653.000,00 | 1.653.000,00 |
| UBA | | 10.515,00 | 10.515,00 |
| Standard Bank | | 100.000,00 | 100.000,00 |
| Bestil | | 100.000,00 | 100.000,00 |
| Mdzua | | 100.340,00 | 100.340,00 |
| SERV CREDIT | | 100.000,00 | 100.000,00 |
| 1. TOTAL DAS RECEITAS PRÓPRIAS | 76.068.574,72 | 89.554.653,67 | 13.486.078,95 |
| Governo FR 101TR | 219.825.629,69 | 243.764.222,47 | 23.938.592,78 |
| 2. GOVERNO | 219.825.629,69 | 243.764.222,47 | 23.938.592,78 |
| Dinamarca | 119.114.458,31 | | (119.114.458,31) |
| Italia (USD -333,526,02) | | 23.180.058,39 | 23.180.058,39 |
| 4. DESEMBOLSOS DOS PARCEIROS | 119.114.458,31 | 23.180.058,39 | (95.934.399,92) |
| 3. GLOBAL (1+2) | 415.008.662,72 | 356.498.934,53 | (58.509.728,19) |

No período em análise, nota-se por um lado, a tendência crescente na arrecadação de receitas próprias do CEDSIF, IP, comparativamente com o mesmo período do ano anterior, devido ao aumento de novas fontes de geração de receita e, por outro lado, de forma significativa é notável a redução de recursos financeiros proveniente dos parceiros, tendo se reflectido negativamente nos recursos disponíveis, na ordem de **58.509.728,19 MT**.

3.3 Execução Orçamental

Da dotação orçamental actualizada, no montante de **771.266.041,49 MT**, teve, no período de Janeiro a Junho de 2020, a execução no valor de **335.060.803,57 MT**, o correspondente a **43.44%** da mesma, conforme ilustram as tabelas 10 e 11 seguintes.

Tabela 10: Execução da Despesa por Fonte de Recurso

Moeda: MT

| Fonte de Recurso | Dotação Inicial | | Dotação Atualizada | | Variação da Dotação | | Execução | | Saldo Orçamental | |
|---------------------------------|------------------------------|-------------|---------------------------------|-------------|--------------------------------------|-------------|-----------------------|-------------|----------------------------|------------------------------|
| | Valor da Dotação Inicial (1) | Peso | Valor da Dotação Atualizada (2) | Peso | Valor da Variação da Dotação (3=2-1) | Peso | Valor de Execução (5) | Peso | Dotação Disponível (7=2-5) | Execução Orçamental (10=5/2) |
| 101 RT | 258.141.130,00 | 55% | 356.132.531,00 | 46% | 97.991.401,00 | 32% | 243.764.222,47 | 73% | 112.368.308,53 | 68,45% |
| 111 CEDSIF Compomisso de 20 | 193.058.520,00 | 41% | 269.779.876,13 | 35% | 76.721.356,13 | 25% | 41.431.529,31 | 12% | 228.348.346,82 | 15,36% |
| Total Componente Interna | 451.199.650,00 | 96% | 625.912.407,13 | 81% | 174.712.757,13 | 58% | 285.195.751,78 | 85% | 340.716.655,35 | 45,56% |
| 133FCSSTAFE | | 0% | 63.957.455,10 | 8% | 63.957.455,10 | 21% | 48.653.859,37 | 15% | 15.303.595,73 | 76,07% |
| 134UE -CEDSIF2 | 18.200.500,00 | 4% | 73.778.104,64 | 10% | 55.577.604,64 | 18% | 669.389,00 | 0% | 73.108.715,64 | 0,91% |
| 134UE -CEDSIF | | 0% | 7.618.074,62 | 1% | 7.618.074,62 | 3% | 541.803,42 | 0% | 7.076.271,20 | 7,11% |
| Total Componente Externa | 18.200.500,00 | 4% | 145.353.634,36 | 19% | 63.957.455,10 | 21% | 49.865.051,79 | 15% | 15.303.595,73 | 34,31% |
| Global | 469.400.150,00 | 100% | 771.266.041,49 | 100% | 301.865.891,49 | 100% | 335.060.803,57 | 100% | 436.205.237,92 | 43,44% |

Tabela 11: Execução por Classificação Económica da Despesa

Moeda: MT

| Descrição | Dotação actualizada | | Despesas Pagas 2020 | | Grau de Execução de 2019 |
|---------------------------------------|-----------------------|----------------|-----------------------|----------------|--------------------------|
| | Valor | Peso | Valor | Peso | |
| SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES | 272,057,117.98 | 35.27% | 248,346,227.23 | 74.12% | 91.28% |
| DEMAIS DESPESAS COM PESSOAL | 29,966,068.72 | 3.89% | 881,600.00 | 0.26% | 2.94% |
| BENS | 29,219,346.19 | 3.79% | 4,848,406.78 | 1.45% | 16.59% |
| SERVIÇOS | 237,509,454.54 | 30.79% | 69,543,539.49 | 20.76% | 29.28% |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 50,000.00 | 0.01% | - | 0.00% | 0.00% |
| OBRAS | 24,044,250.26 | 3.12% | 4,900,809.30 | 1.46% | 20.38% |
| MAQUINARIA EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS | 98,966,424.30 | 12.83% | 5,936,838.97 | 1.77% | 6.00% |
| MEIOS CIRCULANTES | 15,853,680.00 | 2.06% | - | 0.00% | 0.00% |
| DEMAIS BENS DE CAPITAL | 63,599,700.00 | 8.25% | 603,381.80 | 0.18% | 0.95% |
| Total | 771,266,041.99 | 100.00% | 335,060,803.57 | 100.00% | 43.44% |

Salários e Remunerações

No período de Janeiro a Junho de 2020, foi executado o valor de **248.346.227,23 MT**, correspondente a **74.12%** do peso orçamental e **91.28%** da execução orçamental da despesa, na rubrica de salários e remunerações do pessoal. Importa realçar que o orçamento inicial, aprovado para a rubrica de salários e remunerações do pessoal do CEDSIF.IP, apresentava um défice orçamental para a execução da despesa a partir do mês de Abril do ano em curso; sendo que a

rubrica tem tido reforço mensalmente, libertando o cativo enquanto aguarda pelo reforço da dotação orçamental para cobrir a despesa até Dezembro de 2020.

Demais Despesas com o Pessoal Civil

A execução da despesa nesta rubrica foi de **881.600,00 MT**, o que corresponde a **0.26%** do peso orçamental, cujo nível de execução atingiu cerca de **2.94%**, comparada as despesas de subsídios de comunicação e combustível para os membros do Conselho de Direcção o CEDSIF, IP e ajudas de custo para dentro e fora do país. Refira-se que com o surgimento da pandemia do novo COVID19, as deslocações em viagens de serviço ficaram condicionadas, facto que desacelerou a execução desta despesa.

Bens

Esta componente de despesas compreendeu gastos com combustível, bens para manutenção de móveis e imóveis e material de consumo para escritório, que teve uma execução total de **4.848.406,78MT**, o que corresponde a **1.45%** do peso orçamental e cerca de **16.59 %** de sua execução orçamental.

Serviços

A rubrica de serviços agregou durante o período em análise o pagamento de despesa de manutenção, reparação de bens imóveis e rendas. A sua execução foi de **69.543.539,49MT**, o que corresponde a **20.76%** do peso orçamental e **29.28%** de execução orçamental sobre a rubrica.

Obras

Nesta rubrica registou-se execução no valor de **4.900.809,30 MT**, o que corresponde a **1.46%** do peso orçamental e um nível de execução de **20.38%**. As despesas liquidadas são relativas à reabilitação e requalificação da Sobreloja ala A.

Máquinas, Equipamento e Mobiliário

Durante o período em análise, a execução orçamental da despesa nesta rubrica, compreendeu a aquisição de equipamento, tendo atingido o valor acumulado de **5.936.838,97 MT**, o que corresponde a **1.77%** do peso orçamental, e **6.00%** da execução da despesa nesta rubrica.

Bens de Capital

Durante o período em análise, a execução orçamental da despesa nesta rubrica, foi de **603.381,80MT**, o que corresponde a **0.18%** do peso orçamental e **43.44%** da execução da despesa nesta rubrica.

Execução Por Objectivos Estratégicos

A análise de execução das despesas do CEDSIF por Objectivo Estratégico, tal como ilustra a tabela 12 abaixo, revela que grande porção de dotação orçamental é absorvida pelas actividades que garantem o funcionamento e desenvolvimento institucional do CEDSIF, IP, sendo que no período em apreço teve o peso orçamental de **78.83%** e execução de **83.11 %**, o que corresponde à execução do seu orçamento em **46.08%**.

Tabela 12: Execução Por Objectivos Estratégicos de Janeiro a Junho de 2020

| Objectivos Estratégicos | Dotação Actualizada | | Despesas Pagas de 2019 | | Grau de Execução |
|--|---------------------------|----------------|------------------------------|----------------|------------------|
| | Valor Dotação Actualizada | Peso | Valor Despesas Pagas de 2020 | Peso | |
| Garantir o funcionamento e desenvolvimento institucional do CEDSIF | 531.730.217,17 | 68,94% | 284.733.201,66 | 84,98% | 53,55% |
| Consolidar a reforma do SISTAFE Total | 85.179.012,02 | 11,04% | 1.870.012,74 | 0,56% | 2,20% |
| Dar continuidade a implementacao do SISTAFE Total | 64.356.812,30 | 8,34% | 48.457.589,17 | 14,46% | 75,30% |
| INFRA-ESTRUTURAS DO SISTAFE | 90.000.000,00 | 11,67% | - | 0,00% | 0,00% |
| TOTAL | 771.266.041,49 | 100,00% | 335.060.803,57 | 100,00% | 43,44% |

O nível de execução orçamental da despesa no 1º Semestre está abaixo dos **50%**, facto que está associado a aprovação tardia do orçamento geral do Estado, que de certa forma, condicionou a execução de contratos na rotina do MPE para a execução de despesas.

Saldo Financeiro a 30 de Junho de 2020

O saldo final financeiro do CEDSIF, IP a 30 de Junho de 2020, foi de **315.700.423,01 MT**, conforme ilustra tabela 13 seguinte:

Tabela 13: Saldo a 30 de Junho de 2020

Moeda: MT

| Descrição | Detalhe | Valor | Descrição | Valor |
|--------------------------|----------------|-----------------------|--------------------|-----------------------|
| Saldo Inicial (1) | | 277.933.522,29 | Despesas | 335.060.803,57 |
| Entradas (2) | | 372.827.704,29 | | |
| Recursos de tesouro | 243.764.222,47 | | | |
| Receitas Proprias | 105.883.423,43 | | | |
| Parceiros | 23.180.058,39 | | | |
| Subtotal (3=1+2) | | 650.761.226,58 | | 335.060.803,57 |
| | | | Saldo Final | 315.700.423,01 |
| Total | | 650.761.226,58 | | 650.761.226,58 |

4. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

O Plano de Actividades e Orçamento de 2020 prevê 73 actividades, dentre as quais 49 a executar durante 12 meses, 5 a realizar em 9 meses, 8 em 6 meses e 11 em 3 meses. No 1º semestre do exercício económico de 2020, foram desenvolvidas 61 actividades, equivalentes a 88,40% do PAO 2020, contra 69 previstas a executar, conforme ilustra a tabela 13. Refira-se que do universo de actividades previstas a iniciar no período, quatro, embora a sua conclusão fosse para o primeiro semestre, não ocorreram devido a vários factores.

Tabela 13: Dinâmica de Execução das Actividades do PAO 2020, no 1º Semestre

| Por Objectivo Estratégico | Actividades do PAO 2019 (A) | A iniciar no 1º Semestre (B) | Iniciadas (C) | D D = C/B |
|---|-----------------------------|------------------------------|---------------|--------------|
| A. Consolidar a Reforma do SISTAFE | 12 | 11 | 11 | |
| B. Dar Continuidade à Implementação do SISTAFE | 14 | 13 | 12 | |
| C. Apoiar Instituições do Estado na Implementação de Sistemas Complementares ao SISTAFE | 11 | 9 | 8 | |
| D. Garantir o Funcionamento e Desenvolvimento Institucional do CEDSIF | 36 | 36 | 30 | |
| Total | 73 | 69 | 61 | |
| Grau Percentual (%) | 100% | 94,52% | 83,56% | 88,40% |

Analisando o grau das realizações registadas no 1º semestre, mantendo o ritmo, é previsível um bom desempenho, considerando que 88,40% das actividades previstas a iniciar, dentre as quais 64% são anuais estão em execução. A maior parte das actividades em referência, por objectivo e ordem decrescente, garantiram o funcionamento da instituição e a consolidação da reforma na implementação do SISTAFE.

No 1º semestre, embora programadas, não foram realizadas as seguintes actividades do PAO:

- Enquadrar o pessoal do CEDSIF nas Carreiras Profissionais (aguarda-se pela aprovação dos instrumentos que irão permitir o enquadramento dos colaboradores nas carreiras profissionais);
- Realizar a II Reunião Nacional do SISTAFE (não realizada devido a pandemia do COVID19, estando em curso o estudo sobre a melhor forma de sua operacionalização),
- Elaborar a estratégia da realização da avaliação dos *stakeholders* e realizar a avaliação de satisfação dos *stakeholders*; (por iniciar)
- Rever o Manual da Qualidade e divulgar o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ); (por iniciar);

- Participar de Feiras e Exposições anuais para mostra e esclarecimento de produtos e actividades do CEDSIF;
- Desenvolver: Mapas dos Relatórios das Contas de Gerência; Painéis de Monitoria das Contas de Gerência; Mapas do Relatório da Conta Geral do Estado; Painéis de Monitoria da Conta Geral do Estado; Relatórios diferenciados para prestação de contas semanal e mensal; e Desenvolver Relatórios de Prestação de Contas diária; e
- Desenvolver funcionalidades de gestão de índices de construção civil.

5. PERSPECTIVAS PARA O 3º TRIMESTRE

As perspectivas de execução do PAO 2020 no 3º trimestre estão focalizadas na conclusão das actividades já iniciadas, no âmbito da finalização da execução do Plano Estratégico 2014-2019, e incidirão na melhoria dos Módulos existentes no e-SISTAFE, desenvolvimento dos Módulos previstos na Lei do SISTAFE e nas acções de materialização dos resultados definidos por objectivo estratégico. As actividades programadas são as seguintes:

Consolidar a Reforma do SISTAFE idem comentário anterior

- Criar e/ou reforçar os laboratórios do e-SISTAFE a nível nacional;
- Formar os formadores e utilizadores do e-SISTAFE, à distância;
- Dar continuidade à revisão dos conteúdos Programáticos das Formações e reciclagens em matérias do e-SISTAFE e capacitar os utentes do sistema, à distância;
- Prosseguir a implementação de melhorias correctivas e evolutivas do e-SISTAFE;
- Prestar serviços de consultoria nas áreas de reforma estratégica e de inovação de sistemas de Informação, no âmbito de melhoria de processos e operação de sistemas de informação, e serviços de adequação de sistemas antes da sua implementação;
- Consolidar a Infraestrutura de Tecnologias de Informação do Centro de Dados;
- Garantir o funcionamento do e-SISTAFE;
- Dar continuidade a fusão das Redes GovNet e e-SISTAFE; e
- Realizar, nos moldes por definir, a II Reunião Nacional do SISTAFE (RNS).

Dar Continuidade à Implementação do SISTAFE

- Elaborar o Modelo de Negócios, desenvolver e operacionalizar a aplicação do Módulo de Gestão da Dívida Pública ou em caso da adopção da ferramenta da *Commonwealth, Meridian*, proceder à sua customização;
- Implementar, implantar as funcionalidades do MPE, respeitantes a (o):
 - Plano de Contratações;
 - Portal da contratação pública;
 - Incorporação de Obras;
 - Interoperabilidade com os sistemas do INSS, TA e AT; e
 - Fases de Concursos para modalidade de Concurso por Lances e Concurso Público.

- Garantir a operacionalização do SPO e a aplicação informática Módulo de Planificação e Orçamentação (MPO) para o orçamento de 2021;
- Concluir o Manual de Operacionalização do MPO;
- Desenvolver funcionalidades do Módulo do Controlo Interno para: (i) Gestão da Programação do Controlo Interno (Base de Conhecimento; Plano Estratégico; Critérios de Selecção e Priorização de Objectos de Auditoria; Consolidação do Plano de Actividades); (ii) Planificação e Execução das Auditorias e Relatórios; (iii) Gestão de Recomendações; e (iv) Produção de Relatórios Operacionais Gerenciais em tela;
- Operacionalizar o Módulo de Administração do Pessoal do Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Estado (SNGRHE) relativo aos processos, nomeadamente, de ingresso, fim de relação de trabalho, responsabilidade disciplinar e outros complementares;
- Garantir a comunicação entre o e-SNGRHE e o sistema de Visto do TA;
- Integrar os Municípios no e-SNGRHE;
- Proceder à integração dos Processos Comuns de gestão tributária e dos Impostos de reconstrução nacional, sobre sucessões e doações, Impostos sobre veículos, sobre a transmissão do direito de propriedade (SISA) e Modelo B Simplificado, no e-Tributação;
- Consolidar a adopção do e-SISTAFE Autárquico na execução do orçamento 2020 nas Autarquias Pilotos (Maputo Cidade, Matola e Boane);
- Implementar, implantar e homologar as funcionalidades do SGA relativas aos módulos de receitas autárquicas, repositório único de entidades e balcão de atendimento multicanal; e
- Expandir o e-SISTAFE Autárquico para dez (10) Autarquias.

Implementação de Sistemas Complementares ao SISTAFE

- Desenvolver as funcionalidades de gestão de índices de construção civil;
- Gerir os pagamentos dos beneficiários da segurança social básica do Instituto de Segurança Social (INAS), recorrendo à integração do Sistema de Gestão de Beneficiários (SGB) com o e-SISTAFE; e
- Elaborar o Modelo de Negócio, customizar e operacionalizar as funcionalidades do Módulo de Gestão e Tramitação Processual (MGTP), bem como desenvolver e operacionalizar as funcionalidades do Módulo Integrador de Dados (MID) do Sistema de Suporte das Funções

Jurisdicionais do Ministério Público (SISMP), incluindo a elaboração do respectivo Manual de Apoio ao Utilizador.

Funcionamento e Desenvolvimento do CEDSIF, IP

- Prestar Serviço de Retenção na fonte de descontos não obrigatórios dos funcionários;
- Actualizar as tecnologias de informação e comunicação (TIC) em função da sua evolução, garantindo o funcionamento do CEDSIF, IP;
- Aprovar o Plano Estratégico do CEDSIF, IP para o período 2020-2024;
- Operacionalizar os instrumentos legais que estabelecem as normas de organização e funcionamento do CEDSIF, como Instituto Público;
- Dar continuidade à implementação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), baseado na Norma ISO 9001, a coberto da Auditoria Externa de Certificação ao Sistema de Gestão da Qualidade, avaliação de satisfação dos *stakeholders*;
- Proceder à avaliação do desempenho e da eficácia do Sistema de Gestão de Segurança de Informação (SGSI);
- Realizar auditorias de certificação do Sistema de Gestão de Segurança de Informação (SGSI) na norma ISO 27001 e melhorar os mecanismos de monitoria dos eventos de segurança em toda a infraestrutura de TI; e
- Estabelecer e implementar o modelo de gestão de risco em conformidade com as normas ISO 27005, 31000, COBIT, e COSO-ERM.

6. ANEXOS

Anexo I: Matriz de Controlo de Implementação do Plano de Actividades de 2020.

Anexo II: Mapa de Execução do Plano de Aquisições de Bens e Prestação de Serviços para 2020.

Anexo III: Mapa das Capacitações Ocorridas no 1º Semestre.